



6ª REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

No dia 28 de julho de 2022, na Casa dos Conselhos, situada em Rua dos Metalúrgicos, n.º 77, Centro, às 9h deu-se início à 6ª Reunião Ordinária do CMDCA conforme lista de participantes. A Presidente Iris tratou a primeira pauta, que foi a Ata da última reunião, esta foi aprovada sem ressalvas. O segundo assunto foi a prestação de contas referente aos meses de maio e de junho, que a pedido da Presidente, a Secretária do Conselho explanou alguns pontos destas prestações, como o andamento dos pagamentos feitos para as Instituições que possuem termo em vigência com o CMDCA, sendo o Lar Padre José Gumercindo, que falta apenas a última parcela, a Associação Desportiva de Artes Marciais de Cruzeiro – ADAMC que também esta finalizando o termo, e para o mês de junho a Empresa Maxion depositou o valor de R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) para o financiamento do Projeto da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruzeiro- APAE, sendo R\$ 30 000,00 correspondente ao Projeto e R\$ 6.000,00 (seis mil) refere-se aos 20% que ficam retidos no Fundo. A Sra. Daniele aproveitou e fez a retrospectiva sobre a situação, lembrando os Conselheiros que esse projeto foi aprovado no edital de 2019 e que por causa da pandemia o processo havia sido adiado. Em agosto de 2021 foi expedida a carta de captação onde a instituição fez articulações com a empresa supracitada e em 2022 pôde fazer a destinação conforme exposto. O procedimento segue para a confecção do Termo de Fomento, e por se tratar de trâmites jurídicos estão sendo feitas as análises necessárias, visto que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente- CONANDA revogou por decisão judicial os artigos da resolução que trata sobre a chancela de projetos. A princípio os entendimentos são favoráveis ao financiamento do projeto, por se tratar de edital anterior à revogação. Para o 2º semestre existe uma projeção que entre na conta do FUMDICAD os recursos provenientes das declarações de imposto de renda. Recentemente saiu a autorização de fornecimento para capacitação do Conselho Tutelar, que logo será agendada e todos os Conselheiros poderão acompanhar o andamento. A Secretária complementa que se o colegiado preferir poderá enviar uma planilha com os demonstrativos dos recursos referentes às entradas, saídas e aos 20% retido no Fundo, e finaliza dizendo que inclusive essa capacitação será paga com esse percentual. Em relação à ADAMC foi salientado que houve uma prorrogação de vigência no Termo de Fomento, pois devido a execução durante a pandemia, alguns meses ficaram sem a comprovação efetiva, o que foi exposto em reuniões anteriores e acordado com a instituição. Em relação à prestação de contas do projeto, isso é feito para o setor responsável dentro da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. A instituição está com saldo em conta não utilizado referente ao pagamento de inscrições nas competições, o que fez com que fosse protocolado para o CMDCA e para o Gestor de Parceria a relocação dos recursos, visto que a justificativa apresentada é que antes o transporte para as competições era fornecido gratuitamente pela Secretaria de Educação e que por questões administrativas essa locomoção passou a ser somente em casos essenciais, a instituição também justifica que a reutilização será para aquisição de kimonos. A Secretária lembrou que durante dois meses a instituição cumpriu com o proposto no plano de trabalho e participou de atividades competitivas. Está sendo planejada uma visita in loco pela Comissão de Análise Técnica, pois a referida avalia mensalmente o andamento do projeto de acordo com informações apresentadas, e de fato será imprescindível a verificação na instituição. Perante as informações é reforçado que o Colegiado é soberano nas decisões. A Secretária lembra que esse ajuste de reutilização não havia sido mencionado quando foi solicitada a prorrogação da vigência, caso o Conselho não aprove o valor será devolvido para a conta do Fundo, assim também como tem procedido a Associação Braços Abertos que tem atendido às orientações do setor responsável e realizado as devoluções, o que difere as situações é que no caso a ABA por já ter ocorrido a finalização do projeto, é inviável a relocação de recursos. A Sra. Natália aprova o remanejamento justificando que acompanha os trabalhos da ADAMC e que sabe que durante o projeto as necessidades mudam. A Presidente pergunta se todos têm o mesmo posicionamento, e sem ressalvas o colegiado defere a reutilização. As prestações de contas de



maio e de junho foram aprovadas. Dando sequência à pauta, cujo próximo assunto trata de inscrição/renovação de instituições e programas, a Presidente informa todas as que estão em conformidade com a renovação, e as que estão com pendências, em relação ao CIEE foi feito um adendo que a instituição entregou no prazo a documentação, porém eles apresentam o modelo da matriz Taubaté, o que em anos anteriores a Comissão apresentou a recomendação para seguir o modelo vigente do CMDCA de Cruzeiro-SP, e quando a instituição não segue o modelo, existe uma grande dificuldade da Comissão em identificar o que está sendo feito on-line e o que é presencial, inclusive nas atividades do ano anterior, no que refere-se ao número de atendidos e demais informações pertinentes à execução. Foi ressaltado que o Convívio Nova Esperança- CONE, Educandário e Papalégua não entregaram os documentos referentes à renovação. A Secretária informou que como as Instituições estavam em processo de adequações de documentações, agora será possível encaminhar a listagem para o Conselho Tutelar e para a Vara da Infância para que sejam feitas as devidas fiscalizações, conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente. A Sra. Natália explana que segundo informações o CONE encerrou suas atividades e que a Instituição Amando o Próximo, que já possui referência em pessoas em situação de rua, estará também desenvolvendo trabalhos com crianças e adolescentes, e que inclusive na reunião do Conselho Municipal de Assistência Social já foram apresentadas essas informações. A Sra. Daniele lembrou que na última reunião foi levantado o questionamento sobre os projetos executados em outras secretarias que envolvem crianças e adolescentes, e que inclusive tem acompanhado pelas redes sociais várias atividades sendo executadas, assim se o CMDCA articulasse uma reunião com o responsável pela pasta de Esporte Lazer Cultura e Juventude, talvez pudéssemos identificar o que tem sido feito pela política de crianças e adolescentes e as parcerias que podemos articular entre os órgãos governamentais, considerando que muitas vezes são acionadas a educação e a assistência, e esta pasta mencionada realiza muitas ações, assim se tornando um fator imprescindível para questões de prevenção de álcool e outras drogas, bullying entre outros diversos temas. Foi perguntado para a representante da pasta Sra. Cláudia se ela considera pertinente essa sugestão, de convidar o secretário para uma próxima reunião ou que ele enviasse um representante para que o Colegiado pudesse explicar sobre os projetos. A Conselheira acredita ser viável essa reunião e disse que é importante alinhar com o responsável, e fez o relato de como essas atividades tem mudado de forma efetiva a vida de crianças e adolescentes que participam dos projetos. A próxima pauta foi o memorando recebido da Casa dos Conselhos que tratou sobre a proposta do Conselho de Turismo em propagar as ações de todos os Conselhos nos bairros, o que não ficou claro é se as reuniões com as pautas ordinárias seriam feitas conforme a sugestão ou se seria divulgação dos Conselhos. Os presentes se manifestaram sobre a dificuldade de locomoção e indisponibilidade, mas que talvez em alguma ação pontual os Conselheiros poderiam participar, entretanto, em relação à reuniões itinerantes, estas não aconteceriam pela justificativa exposta, os Conselheiros ainda sugeriram a divulgação pelas mídias sociais. O Sr. Israel responsável pelo Centro de Formação Juvenil – CFJ, presente na reunião, pontuou sobre a importância de fazer esse trabalho nos locais estratégicos. A Presidente reforça a ideia sobre ações pontuais, e o Sr. Robson complementa que reuniões seriam inviáveis pelo fato do trabalho do Conselho seguir em sua maioria o modelo burocrático, inclusive com muitas pautas que exigem deliberações do colegiado. O Sr. Roberto coloca a possibilidade de ações nos bairros, como forma de divulgar os trabalhos. A Secretária ressaltou que segundo informações não oficiais, tem Conselho preocupado com o período eleitoral, e que talvez essas ações poderiam confundir os munícipes e associar o trabalho realizado com algo político. A Presidente deu sequência nos informes, sendo apresentado o ofício recebido da Promotoria que refere-se ao pedido do Conselho em relação aos recursos provenientes de multas, informando que este encontra-se em análise pelos responsáveis. O Sr. Eddie destacou que em anos anteriores havia sido feito levantamento dentro do Conselho do Turismo para que os pagamentos referente aos aluguéis dos quiosques nas praças fossem destinados ao FUMDICAD. O Sr. Robson, Presidente do Fundo, não se recorda com exatidão sobre o exposto, a secretária lembrou que havia sido imposta a condicionalidade do CMDCA ser



responsável pelas cobranças, e talvez isso tenha impossibilitado a continuidade do processo, mas será verificado nos arquivos a chegada de algum documento referente ao assunto. Sr. Eddie ressalta ainda a importância da verificação, pois segundo informações os quiosques não efetuam pagamentos a nenhum órgão, e se esse recurso viesse para o Fundo seria de grande valia, e ainda que talvez se o CMDCA apenas informasse quais os locatários que estariam em débito, o município atuaria com as medidas cabíveis podendo até cancelar a concessão do espaço. O próximo assunto foi sobre o ofício recebido da Promotoria, este questiona o CMDCA se há pretensão para 2022 de realizarmos capacitação sobre prevenção de suicídio. A princípio o entendimento é que como a saúde atuou com essa temática no ano de 2021 e no início do ano de 2022 para toda a rede, informaremos sobre estas ações e também pontuaremos que o CMDCA ainda este ano estará envolvido com a Conferência Municipal. A Sra. Iris ressaltou que participou de uma capacitação e nesta pôde ter um encontro com um profissional que desenvolveu o assunto em questão com muito profissionalismo, e destacou que o CMDCA tem uma Comissão, mas que devido às outras demandas os trabalhos ficaram suspensos. Já foi encaminhado o ofício para Secretaria Municipal de Saúde e de acordo com a resposta enviaremos para o Promotor. Outro ofício recebido do Dr. Celso foi sobre questionamentos do andamento do Projeto "Na Hora H", a Presidente salientou que havia sido feita uma parceria com a Associação Acontecer Tecendo Vidas, e esta desenvolveria oficinas de teatro para seus atendidos e seria trabalhado o assunto de forma lúdica, porém o responsável deu a devolutiva que não foi dada continuidade nesse trabalho. A Secretária salienta que eles solicitaram apoio do Conselho e dentro das nossas possibilidades procuramos dar o suporte, uma vez que para nós caberiam as articulações. A Instituição também pediu a visita do Promotor, e prontamente enviamos um ofício e chegamos a agendar uma data, porém esta não pôde ser realizada, conforme justificativa enviada pela secretária do Dr. Celso, visto membros da equipe que estavam positivados para COVID, fazendo com que fosse adiada a visita. Acredita-se que isso desmotivou o Presidente da Instituição. Diante do exposto, foi enviado um ofício para a Secretaria Municipal de Saúde e para o Conselho Municipal de Saúde, solicitando apoio para o andamento do projeto. A secretária recorda que quando foram executados os projetos nas escolas, era de sua responsabilidade fazer a logística entre os envolvidos, em relação à rede municipal, e que a ex Conselheira Sra. Delma realizou junto com a equipe da SEMEC o trabalho e registrava todas as ações, podendo desta forma ser apresentado tudo para o Promotor. Foi destacado que talvez para melhor eficácia o projeto fosse executado de forma gradativa, isto é, faríamos por partes, primeiro nas escolas municipais, posteriormente nas estaduais e depois nas particulares. A Conselheira Sra. Flaviane representante da Secretaria de Educação levará as demandas para secretaria. A Sra. Daniele ressaltou que a Conselheira Sra. Ana Lúcia tem sido uma grande parceira. Será levado o assunto para o Secretário de Cultura também para que seja verificada a inclusão do tema nas oficinas já em execução. O Conselheiro Sr. Robson lembrou dos resultados positivos que obtivemos a longo prazo. O Sr. Israel colocou sobre a importância das palestras e o acompanhamento depois, citou crianças e adolescentes que fazem automutilação. O Sr. Robson explica que o assunto tratado no momento é sobre a prevenção de gravidez e que essa questão de suicídio já foi discutida anteriormente. A Secretária complementa inclusive que o questionamento do Promotor foi específico, perguntando se o CMDCA tem previsão de fazer capacitação e conforme já acordado a resposta será que não, inclusive talvez a preocupação seja para que antes de qualquer ação os palestrantes ou envolvidos passem por capacitação, visto que o tema é delicado. A Presidente informou sobre o outro ofício recebido da Promotoria, neste foram solicitadas informações sobre o andamento da inscrição do Centro de Formação Juvenil - CFJ. A Sra. Iris explica que a Comissão tem trabalhado em cima da análise das documentações enviadas até a presente data, e sempre tem dado orientações sobre os ajustes necessários, inclusive já foi realizada também uma visita no escritório da instituição, sendo esta realizada pelo Sr. Erick e pelo Sr. Robson, porém as atividades são executadas na ESEFIC. A Presidente pediu para o Presidente da Instituição explicar sobre os trabalhos. Ele iniciou contando que vem de família tradicional de militares e a CFJ iniciou em 2016, sendo que desde sua fundação ela possui como pilares:




patriotismo, civismo e disciplina. Explica ainda que toda criança e jovem que entra para a Instituição é denominada recruta, e são todos divididos por agrupamentos, nos quais são deslocados para companhias. O Presidente salientou que se tiver alguém presente que serviu vai entender do que ele está falando. Enfatiza que alguns advogados fazem parte do quadro de profissionais da instituição. Destaca sobre as instruções de campo e explica sobre as atividades, também mencionando a instrução educacional. A Presidente pergunta se estas ações de campo referem-se ao acampamento, o Sr. Israel disse que não, e que está aberto aos questionamentos, e que esse trabalho de campo é sobre o conteúdo programático de acordo com a faixa etária. Em relação à instrução educacional o Presidente informa que todos que entram na instituição recebem a Constituição Federal, e com isso são trabalhados assuntos de moral e cívico, tópicos do ECA, Direito Penal, dentre outros, salienta ainda que seus recrutas sabem a diferença entre ato infracional e crime. Quando aconteceu a pandemia onde ocorreram fechamentos dos comércios, eles enfatizavam que segundo a Constituição Federal o único com poder para tal ação era o Presidente da República, e novamente ele destaca que ensina a Constituição Federal. O Presidente da instituição disse ainda que preparam também os jovens para o ingresso nas carreiras militares, e que além de atividades físicas, são trabalhadas matérias como português e matemática. Ele explica que a instituição é a única no país do ramo e que está abrangendo as unidades, e que eles formam instrutores. Sobre os acampamentos, ele ressalta que eles não são escoteiros, e não levam crianças para a mata. O Sr. Roberto questiona se o Presidente do CFJ não começou suas atividades com os escoteiros, ao qual o Sr. Israel explica que foi escoteiro, assim como muita gente foi, mas que esse grupo seguiu para uma outra linha na qual seus valores e princípios não condiziam mais. A Sra. Fernanda explica a diferença entre os escoteiros e os recrutas, e explica que o trabalho da instituição é preparar para a carreira profissional. Outra diferença é que os escoteiros não marcham. Sobre o acampamento, informam que este é realizado 1 vez por ano, sempre em ambientes fechados, e citam alguns lugares. A secretária explica a preocupação em relação à segurança das crianças. O Sr. Israel destaca a importância do trabalho e inclusive citou que uma pessoa tenente da marinha bateu continência à ele. O Sr. Eddie questionou sobre os pagamentos, o Presidente da instituição respondeu que não existe nenhuma instituição que sobreviva sem recurso, e menciona despesas com aluguel, água, energia elétrica e telefone. O Sr. Roberto pergunta se ocorre remuneração dos advogados já supracitados. O Sr. Israel esclarece que todos são voluntários e patriotas, e menciona que ele também já fez trabalho sem remuneração para guarda municipal. A Secretária aponta ao Presidente que o foco é criança e adolescente, e que seria relevante ele explicar que é cobrado mensalidade, e que a Comissão procura informações sobre a utilização destes recursos, e considera importante todos terem essas informações. O Sr. Israel diz mais uma vez que todos os advogados são voluntários. A Presidente retoma a palavra, e o Sr. Robson, membro desta Comissão, declara que serão analisados os documentos entregues posteriormente às análises já realizadas. O Sr. Robson deu continuidade ressaltando que se os documentos tivessem sido entregues antes, haveria a possibilidade de verificação, como não foi possível, posteriormente a Comissão analisará e dará continuidade no processo e provavelmente ficará para a próxima reunião a votação da certificação. A Sra. Iris faz um resumo, enfatizando que a oportunidade de esclarecimentos foi dada à instituição, e que até a presente data a documentação não estava de acordo com a Resolução, e aproveita para deixar claro que todas as entidades que solicitam inscrição passam por esse processo e as análises são feitas criteriosamente devido também outros órgãos acompanharem as instituições como Ministério Público - MP e Conselho Tutelar, e que inclusive o Dr. Celso já requisitou informações conforme exposto e aproveita para salientar que o processo é igual para todos, explica também que depois de ter passado pela Comissão quem decide é a Plenária, e informa que até chegarmos nessa situação, aconteceram muitas reuniões, inclusive com devolutivas para adequarem os documentos. O Sr. Israel agradeceu o apoio. A Presidente explica que o CMDCA é sempre parceiro, se tiver dentro da legalidade tudo ocorrerá de forma favorável. A Secretária se coloca à disposição para encaminhar todos os documentos entregues pela CFJ e acredita que isso contribuirá para a decisão na próxima



reunião. O próximo assunto foi sobre o ofício do Instituto Palpare que trata sobre a substituição da Sra. Tamires Neves, pelo Sr. Maurício Viegas. A Presidente coloca para aprovação a Resolução que trata sobre a entrada da Sra. Terezinha para a Comissão, hoje sendo composta pelo Sr. Robson, pelo Sr. Erick e pela Sra. Iris e para secretariar os trabalhos a Sra. Daniele. Todos aprovaram sem ressalvas. O último assunto foi sobre o I Fórum de Políticas Públicas sobre a temática Álcool e Outras Drogas: Prevenção e Cuidado, este foi realizado em 29.06.2022, no auditório do SENAI e superou as expectativas, fazendo com que o local ficasse superlotado, e sobre as devolutivas, tivemos excelentes feedbacks. A Comissão já se reuniu posteriormente para pontuar as ações e acredita-se que os próximos serão ainda melhores. Foram feitos agradecimentos através de ofícios para o Lar Padre José Gumerindo que fez o almoço dos palestrantes, para o posto de combustível que financiou a gasolina dos palestrantes, também para o SENAI, pelo espaço e apoio, e de modo presencial para o Sr. Eddie por toda articulação. A Sra. Cláudia lembrou sobre a disponibilidade do Teatro Capitólio, a Secretária informou que a Comissão levou em consideração a acessibilidade e principalmente o local de lanche, que para ser servido os participantes teriam que subir até o terceiro andar e provavelmente muitos teriam dificuldades. A Presidente agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a reunião.


IRIS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente do CMDCA


DANIELE EUGÊNIA NUNES FERREIRA
Secretária do CMDCA

Publique-se, inclusive sob a forma de fixação no átrio da Casa dos Conselhos; registre-se e arquite-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 28/07/2022.